



# MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

Estado do Paraná  
Av. Nilo Umb. Deitos, 1426-Centro- CEP 85840-000 – Fone (45)3266-1122 / Fax 3266-1755  
CNPJ 76.206.473/0001-01 – e-mail: pref.compras@netceu.com.br

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 63/2017

### PREGÃO nº. 40/2017 – Forma Presencial

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CÉU AZUL – PR**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Av. Nilo Umberto Deitos nº. 1426, inscrito no CNPJ/MF nº 76.206.473/0001-01, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. **GERMANO BONAMIGO**, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1.449.599-1-SSP-PR e do CPF/MF sob nº. 211.566.389-68, doravante denominado **Órgão Gerenciador**, e a

Empresa **CHARLES AUGUSTO BATISTUSSI - ME**, CNPJ: **04.277.917/0001-99**, com sede na Rua Carlos de Carvalho, nº. 3748, Bairro Centro, Município de Cascavel – PR, telefone: (45) 9 9985-9432 - 9 9107-2064 - 9 9961-4860 - e-mail: jeobalsan@hotmail.com - representado pelo Sr. **CHARLES AUGUSTO BATISTUSSI**, CPF: **025.786.419-94** e RG nº. **6.505.814-6-SSP-PR**; Doravante denominado **Fornecedor**.

**Firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1 – O objeto da presente Ata de Registro de preços é o **Registro de Preço de refeição lanche (manhã e tarde) para fornecimento direto no estabelecimento para motoristas durante serviços de transporte de pacientes e demais servidores durante realização de serviços ou cursos em Cascavel, (a vigência do registro de preços será de 12 meses).**

#### CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO

- 2.1 – Os preços registrados são os conforme tabela abaixo:

**Lote nº. 1 - Refeições - café da manhã ou tarde.**

**Atendimento:** das 07:00 às 18:00 horas

Empresa fornecedora: <b>CHARLES AUGUSTO BATISTUSSI - ME - CNPJ: 04.277.917/0001-99</b>						
Item	Quantidade Estimada	Unidade	Descrição do Produto	Empresa	R\$ Unitário	R\$ Total
1	1.200	Uni	<b>Lanche - café da manhã ou tarde</b> Contendo: Salgado frito ou assado, bolo, bauru, misto quente, X salada, suco natural ou cremoso, café puro ou café com leite.	Charles A. Batistussi-ME	9,50	11.400,00
<b>Valor total do Lote nº.1</b>						<b>11.400,00</b>

- 2.2 - É vedado o reajuste de preços durante o prazo de vigência do Registro de Preços, exceto e excepcionalmente em face a fato superveniente e desconhecido entre as partes, sendo assim no mesmo índice. Devendo o fornecedor efetuar a comprovação do aumento através de nota fiscal de compra antes e depois do aumento ou através de tabela de composição de custos. Caso os preços de mercado baixem o fornecedor deverá conceder desconto no mesmo índice. Sempre observando para que se mantenha o equilíbrio econômico-financeiro estabelecido.

- 2.3 - Os preços dos bens a serem adquiridos correspondem aos constantes nesta Ata de Registro de Preços, conforme tabela constante no item 1.1 da Cláusula Primeira, sendo que o valor estimado para a aquisição de bens/serviços durante o prazo de vigência da ata é de **R\$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais)**.

- 2.4 - Os pagamento decorrentes da aquisição do objeto correrão por conta dos recursos das secretarias municipais, através das seguintes dotações orçamentárias:

Fonte	Cód. Cat. Econ.	Cód. Desp.	Nome da Cat. Econômica	NOME DA UNIDADE
0	3.3.90.39.00	15	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Gabinete do Prefeito
0	3.3.90.39.00	21	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Assessoria de Imprensa



# MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

Estado do Paraná

Av. Nilo Umb. Deitos, 1426–Centro– CEP 85840-000 – Fone (45)3266-1122 / Fax 3266-1755

CNPJ 76.206.473/0001-01 – e-mail: pref.compras@netceu.com.br

0	3.3.90.39.00	27	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto de Rel. Institucional
0	3.3.90.39.00	33	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto de Consultoria
0	3.3.90.39.00	40	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Sist. De controle Interno
0	3.3.90.39.00	47	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Gab. Sec. Administração
0	3.3.90.39.00	54	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto de Administração
0	3.3.90.39.00	68	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto de Recursos Humanos
0	3.3.90.39.00	79	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Gab. Sec. Planejamento
0	3.3.90.39.00	86	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto de Planejamento
0	3.3.90.39.00	93	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Gab. Sec de Finanças
0	3.3.90.39.00	103	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto de Tributação
510	3.3.90.39.00	104	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto de Tributação
0	3.3.90.39.00	112	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto Gestão Contabil
0	3.3.90.39.00	121	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto de Compras
0	3.3.90.39.00	128	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Gab. Sec. Agricultura
0	3.3.90.39.00	135	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto da Agricultura
0	3.3.90.39.00	144	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Gab. Sec. Meio Ambiente e R.
0	3.3.90.39.00	155	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto de Meio Ambiente
555	3.3.90.39.00	158	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto de Meio Ambiente
103	3.3.90.39.00	165	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Gab. Sec. Educação
103	3.3.90.39.00	183	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto da Educação
107	3.3.90.39.00	184	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto da Educação
104	3.3.90.39.00	200	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto da Educação – Pré-Escola
0	3.3.90.39.00	215	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto da Educação- CEMEI
103	3.3.90.39.00	217	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto da Educação- CEMEI
104	3.3.90.39.00	218	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto da Educação- CEMEI
0	3.3.90.39.00	234	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto de Transp. Escolar
102	3.3.90.39.00	240	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto de Transp. Escolar
0	3.3.90.39.00	246	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto da Merenda Escolar
0	3.3.90.39.00	261	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Gab. Sec. Cultura, Esporte
0	3.3.90.39.00	269	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto de Cultura
0	3.3.90.39.00	282	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto de Esporte
0	3.3.90.39.00	287	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto de Esporte
0	3.3.90.39.00	290	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto de Esporte
303	3.3.90.39.00	297	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Gab. Sec. Saúde
303	3.3.90.39.00	308	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto de Saúde
495	3.3.90.39.00	330	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto de Saúde – Pab/bucal
495	3.3.90.39.00	335	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto de Saúde – Pab/sus PSF
495	3.3.90.39.00	337	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto de Saúde – Sus laborat.
0	3.3.90.39.00	343	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto de Saúde
495	3.3.90.39.00	347	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto de Saúde - NASF
344	3.3.90.39.00	350	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto de Saúde - APSUS
495	3.3.90.39.00	361	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto de Saúde - Pmaq
303	3.3.90.39.00	370	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto Vigilância em Saúde
497	3.3.90.39.00	377	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto Vigilância em Saúde – Pab/Sus
0	3.3.90.39.00	386	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Gab. Sec. Viação, obras
0	3.3.90.39.00	389	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto de Viação e obras
0	3.3.90.39.00	408	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto de Viação e obras
0	3.3.90.39.00	417	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto Rodoviário
0	3.3.90.39.00	424	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Gab. Sec. Ind. E Com
0	3.3.90.39.00	431	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Depto de Ind. Com
0	3.3.90.39.00	434	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Depto de Ind. Com
0	3.3.90.39.00	440	Outros Serv. Pessoa Jurídica	GAB. Sec. Assist. Social
0	3.3.90.39.00	446	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto Ser. Social – Conselho Tutelar
0	3.3.90.39.00	459	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto Ser. Social –
0	3.3.90.39.00	465	Outros Serv. Pessoa Jurídica	Dpto Ser. Social – CRAS
0	3.3.90.39.00	469	Outros Serv. Pessoa Jurídica	F. M. A.Social - PAIF



## MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

Estado do Paraná

Av. Nilo Umb. Deitos, 1426–Centro– CEP 85840-000 – Fone (45)3266-1122 / Fax 3266-1755

CNPJ 76.206.473/0001-01 – e-mail: pref.compras@netceu.com.br

934	3.3.90.39.00	470	Outros Serv. Pessoa Jurídica	F. M. A.Social - PAIF
0	3.3.90.39.00	473	Outros Serv. Pessoa Jurídica	F. M. A.Social
940	3.3.90.39.00	476	Outros Serv. Pessoa Jurídica	F. M. A.Social - IGD
933	3.3.90.39.00	480	Outros Serv. Pessoa Jurídica	F. M. A.Social – IGD SUAS
0	3.3.90.39.00	492	Outros Serv. Pessoa Jurídica	F.M.D.C.A
0	3.3.90.39.00	502	Outros Serv. Pessoa Jurídica	F.M.D.C.A – Conselho Tutelar

### CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

**3.1** - As refeições deverão ser fornecidas no estabelecimento do Contratado, que deverá estar obrigatoriamente localizado no Município de Cascavel, em local de fácil acesso, **horário de atendimento ao público** para o **Lote nº 1**: no mínimo das 07:00 horas às 18:00 horas e para o **Lote nº 2**: almoço no mínimo das 11:00 horas às 14:00 horas e jantar das 19:00 às 22:00 horas.

**3.2** - Correrão por conta do fornecedor todas as despesas relacionadas ao fornecimento como preparo da refeição, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários dos funcionários, bem como qualquer custo relacionado a perfeita entrega.

**3.3** - As refeições deverão ter a qualidade esperada pela Administração e atender ao Constante no Anexo III. Quando o produto ofertado pelo proponente for considerado de qualidade ruim e desta forma não atenda as necessidades de desempenho e qualidade esperados e desejados pela Administração Municipal, poderá ser cancelado o item, mesmo após a assinatura da Ata de Registro de Preços.

**3.4** - Se no ato do pagamento for constatado que a quantidade fornecida é menor que a constante na nota fiscal deverá ser imediatamente complementada.

**3.5** - Todas as hipóteses dos itens 3.3 e 3.4 são condições de suspensão do pagamento até a perfeita regularização por parte da empresa fornecedora.

**3.6** - A Administração Municipal se reserva o direito de em qualquer momento efetuar a inspeção no estabelecimento, a fim de constatar as condições de qualidade dos alimentos e higiene do estabelecimento.

### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

**4.1** - O pagamento será efetuado em 15 (quinze) dias após a entrega das notas fiscais preenchidas corretamente na quantidade entregue, e aceita pela Administração Municipal.

**4.2** - O pagamento será efetuado através de depósito bancário em conta do fornecedor.

**4.3** - A Nota Fiscal não aprovada será devolvida ao fornecedor para as necessárias correções, apontando-se os motivos que motivaram sua rejeição.

### CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA

**5.1** - O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, **compreendendo o período de 29 de maio de 2017 a 28 de maio de 2018.**

### CLÁUSULA SEXTA – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

**6.1** - Compete a Administração Municipal:

- a) Administrar a presente ata de registro de preços;
- b) Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do presente Registro de Preços;
- c) Efetuar os pagamentos dentro das condições estabelecidas;

**6.2** - Compete ao Fornecedor:

- a) Fornecer pelo período de 12 (doze) meses, os produtos aqui registrados dentro dos padrões definidos no Anexo III do Edital de Pregão nº. 40/2017;
- b) Apresentar as notas fiscais devidamente preenchidas para que seja efetuado o seu pagamento;
- c) Cumprir com as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, bem como quanto ao constante no Edital do Pregão nº. 40/2017, propostas de preços e documentação de habilitação apresentada.
- d) Manter a regularidade fiscal, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, apresentada na habilitação da licitação.

### CLÁUSULA SÉTIMA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS



## MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

Estado do Paraná

Av. Nilo Umb. Deitos, 1426–Centro– CEP 85840-000 – Fone (45)3266-1122 / Fax 3266-1755

CNPJ 76.206.473/0001-01 – e-mail: pref.compras@netceu.com.br

**7.1** - O Registro de Preços poderá ser cancelado pela Administração quando:

- a) o fornecedor não cumprir com as exigências do instrumento convocatório;
- b) ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução do Registro de Preços;
- c) os preços registrados se apresentarem superiores aos do mercado e o fornecedor não reduzir para o patamar dos praticados no mercado;
- d) poderá ser cancelado no Registro de Preços do produto com qualidade e desempenho inferiores dos esperados e desejados pela administração;
- e) o fornecedor der causa à rescisão por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei 8.666/93;
- f) por razão de interesse público, devidamente justificado pela Administração.

**7.2** - Pela empresa fornecedora, mediante solicitação por escrito, comprovando a impossibilidade de cumprir com as exigências do Pregão nº. 40/2017, com antecedência de no mínimo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo na aplicação das penalidades.

**7.2.1** - Caso não se verifique fundamentação em sua solicitação a detentora sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis 8.666/93 e Lei 10.520/02, conforme o caso, bem como aquelas dispostas no respectivo instrumento convocatório.

**7.3** - O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente da Administração Municipal.

### CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

**8.1** - O fornecedor fica sujeito a penalidade de:

a) Pagamento de multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Empenho/Contrato, por dia e por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pela Prefeitura do Município de Céu Azul;

b) Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão e/ou obrigações assumidas, à:

- i) Advertência;
- ii) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Empenho/Contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;
- iii) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos.
- iv) Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, se:

- I) Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão;
- II) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- III) Comportar-se de modo inidôneo;
- IV) Fizer declaração falsa;
- V) Cometer fraude fiscal;

**8.2** - Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração Pública, o fornecedor ficará isento das penalidades.

**8.3** - As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao fornecedor juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

**8.4** - Quando da aplicação de penalidades caberá direito de recurso pelo proponente, nas condições da Lei 8666/93 e Lei 10.520/02.

### CLAUSULA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:



## MUNICÍPIO DE CÉU AZUL

Estado do Paraná

Av. Nilo Umb. Deitos, 1426-Centro- CEP 85840-000 – Fone (45)3266-1122 / Fax 3266-1755

CNPJ 76.206.473/0001-01 – e-mail: pref.compras@netceu.com.br

- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista no Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante contratada, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

### CLAUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Integram a presente ata todos os documentos constantes no processo de Pregão nº. 40/2017, bem como deve ser cumprido o constante no processo de acordo com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de junho de 2002, o Decreto Municipal nº 1.863/2006, o Decreto Municipal nº 1.864/2006, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, e suas alterações posteriores.

10.2 - Fica designada a Sra. **VERÔNICA APARECIDA RIBEIRO**, ocupante do cargo de **Secretária Municipal da Saúde**, como fiscal e gestora da Ata de Registro de Preços, as demais secretarias que utilizaram os produtos também desempenharão a fiscalização da Ata de Registro de Preços.

10.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Matelândia, Estado do Paraná, para dirimir as dúvidas e os casos omissos.

10.4 - E, por assim estarem justas e compromissadas, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Céu Azul, 29 de maio de 2017.

**GERMANO BONAMIGO**  
Prefeito Municipal  
Órgão Gerenciador

**CHARLES AUGUSTO BATISTUSSI**  
CHARLES AUGUSTO BATISTUSSI - ME  
Fornecedor

**VERÔNICA APARECIDA RIBEIRO**  
Fiscal e Gestora da Ata de Registro de Preços